

EIXO TEMÁTICO: 3. "Políticas Sociais, Educação e o Envelhecimento"

ESTUDOS SOBRE O ENSINO SUPERIOR: EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA

LUCINARA FABRIS¹

Universidade Católica do Salvador – Ucsal

RESUMO

Este artigo é uma produção desenvolvida para a 23ª SEMOC - Semana de mobilização científica da Universidade Católica do Salvador. O artigo foi estruturado da seguinte forma: introdução; ensino superior uma breve perspectiva histórica; educação ao longo da vida- desde a juventude até a velhice; e as considerações finais. O presente artigo apresentado é parte dos estudos realizado na Universidade Católica do Salvador-UCSAL, no Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania e Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais - GAPPS, que tem por objetivo a compreensão da expressão educação ao longo da vida; e a importância do ensino superior e suas contribuições para a formação e emancipação humana.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Ensino Superior. Educação ao Longo da Vida.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo apresentado é parte dos estudos realizado na Universidade Católica do Salvador-UCSAL, no Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania e Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais - GAPPS, que tem por objetivo a compreensão do ensino superior e suas contribuições para o ensino/aprendizagem na formação do integral do indivíduo.

Neste artigo buscamos compreender a concepção sobre a expressão “educação ao longo da vida” para os “Jovens Adultos”, que não tiveram acesso e nem concluíram seus

¹ Doutoranda no Programa de Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador - Atualmente bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB, Mestre em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador (2018), foi bolsista CNPq por 24 meses de 2016 a 2018. Graduada em Administração pela FTE -Faculdade de Tecnologia Empresarial (2006), Experiência na área de Administração, com ênfase em Administração financeira e hospitalar. Lecionou as disciplinas: Estruturas Organizacionais; Análise de demonstrações contábeis; governança corporativa; liderança; teoria geral da administração; metodologia científica, elaboração de projetos.

estudos no tempo previsto. Propomos para a discussão, autores nacionais e internacionais; Saviani (1991); o Relatório Faure (1972); o Relatório de Delors (1996), e Gadotti (2007). Mézaros (2008), Freire (2005), Morin (2000;2003)

Procuramos discorrer brevemente a história da universidade. Destacamos modelos de universidade que contribuíram para a efetivação do modelo de ensino superior vigente no Brasil. O papel ou a função da Universidade? Segundo Teixeira (2010, p. 17), “a função da universidade é única e exclusiva. Não apenas para difundir conhecimentos, pois o livro também os difunde”. No entendimento de Teixeira (2010), trata-se de preparar o homem para a consciência crítica. A universidade contribui para aprimoramento da vida humana, entendemos que esteja a serviço do conhecimento pleno e aberta para novos caminhos e desafios da atualidade.

A proposta de educação ao longo da vida, tem o objetivo de contribuir para o entendimento epistemológico e teórico da educação, em suma, preparando todos os indivíduos para a Educação para o século XXI e para a emancipação humana. Procuramos inicialmente abordar a compreensão do contexto histórico, os debates sobre educação ao longo da vida através dos relatórios internacionais dirigidos pela Comissão da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) e artigos publicados sobre o tema educação ao longo da vida; GADOTTI (2007); ALHEIT, P.; DAUSIEN, B. Processo de formação e aprendizagens ao longo da vida. CÁRIA; ALVES 2018. Aspectos de uma epistemologia da educação ao longo da vida.

O Relatório “Aprender a Ser” de Edgar Faure (1972), documento enfatizava principalmente o conceito de educação permanente. E o Relatório da UNESCO de 1998, intitulado como “Educação: Um tesouro a Descobrir”, conhecido como Relatório Delors. Foram apresentados os desafios da Educação, representados através dos quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

Para Delors (1988, p. 49), “é papel da educação também formar o indivíduo compreensivo: de si mesmo e do outro. O indivíduo deve reconhecer e valorizar suas raízes, seu local, sua sociedade”. Atualmente, a educação está voltada para a aprendizagem, a educação não termina com o fim dos anos escolares, e sim segue toda a vida, por isso, devemos pensar em espaços que atentam a todos é o desafio do nosso tempo histórico.

2. ENSINO SUPERIOR E A EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA

2.1 ENSINO SUPERIOR UM BREVE PRESPECTIVA HISTÓRICA

A educação, o ensino e a pesquisa na Universidade foram tomando, ao longo do tempo, diversas concepções, modelos e formatos. Retornando ao passado, na Grécia, o modelo de educação era a subordinação do indivíduo perante a coletividade. Na atualidade, fala-se muito em autonomia do indivíduo suplantando o coletivo. Ao compreendermos a educação em diversos momentos históricos, percebemos que vários fatores como cultura, religião, políticas e ciências influenciam e definiram o caráter da universidade e aos poucos foi assumindo novas formas e contornos. Segundo Teixeira (1964, p.27), “a Universidade era um misto de claustro e de guilda medieval, procurou mais isolar-se do que participar do tumulto dos tempos”. Sendo assim, a universidade responderam às demandas de mudanças exigidas à todas as dimensões da sociedade em âmbito mundial.

Segundo Paula (2009), a mudança da universidade medieval para as primeiras universidades modernas e laicas só acontece no início do século XIX. Surgem dois modelos de universidade: o modelo napoleônico, voltado a formar quadros para o Estado, e o modelo Alemão, voltado para associação do ensino, pesquisa e formação humanística. De acordo com Teixeira (2010, p.85) “A Universidade de Berlim representa realmente os primórdios da nossa universidade contemporânea”.

É notório que a universidade se constitui como um lócus privilegiado na formação e aprofundamento acadêmico e criativo do estudante, o conhecimento e aprendizagem são fatores importantes para a formação intelectual, a transformação individual e o desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade.

2.1.1 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Segundo Saviani (2007) a escola, desde o Egito a Idade média foi colocada ao lado do trabalho intelectual, dos pensadores, filósofos, guerreiros e os políticos por meio do domínio da arte do conhecimento dos fenômenos sociais e regras de convivência, e as escolas eram restritas. E para as funções manuais, o artesão, não eram exigidos o pensamento.

Com a Revolução industrial no final do século XVIII e início do século XIX o processo e as relações sociais foram modificados deixaram de ser manuais (artesão) e passaram a ser industriais (máquinas). E a relação com a educação não seria diferente, a estrutura da sociedade deixa de fundar-se em laços naturais para pautar-se em laços propriamente sociais. (SAVIANI, 2007, p.159).

Com isso, o domínio de uma cultura intelectual, cujo componente mais elementar é o alfabeto, impõe-se como exigência generalizada a todos os membros da sociedade, E a escola, sendo o instrumento por excelência para viabilizar o acesso a esse tipo de cultura, é erguida na forma principal, dominante e generalizada de educação. (SAVIANI, 2007, p.159)

Nesse momento da revolução da indústria, também passa como uma revolução da escola, pois está ganha novo direcionamento e outro propósito dentro da sociedade moderna, era necessário saber o mínimo para operar uma máquina industrial (ensino fundamental), ou seja, o trabalho direcionando as atividades curriculares dentro da escola.

Muitos estudiosos da área veem a universidade como uma instituição tardia, que iniciou em 1920, mas sempre houve procura pelo ensino superior no Brasil. “A universidade no Brasil ainda não completou um século de existência formal, e teve lenta expansão, atendeu prioritariamente às classes dominantes e sempre teve uma postura elitista”. (FREITAS, 2008, p. 143).

Não podemos dizer que no Brasil não havia educação superior, pois, os Colégios Jesuítas do Brasil tinham essa função, antes das primeiras universidades. Segundo Cunha (2007), 1572 foi ano da criação dos cursos de Artes e Teologia nos colégios jesuítas da Bahia, provavelmente um dos primeiros cursos de ensino superior.

Tavares e Freitas (2016) trazem o conceito de universidade através da construção teórica e histórica. Afirmam que a universidade é uma das instituições responsáveis pela formação do cidadão, para que este possa contribuir em diversos aspectos, como, tecnológico, científico e cultural, com a sociedade em que está inserido.

No ano de 1961 inicia o ciclo das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A primeira LDB não trouxe grande inovação em relação ao ensino superior, a principal mudança foi com a LDB 4.024/61, que regulamentou o ensino superior privado e sua expansão.

Segundo Saviani (2012), as bases da educação na estrutura do ensino primário, médio e superior foram revogadas e substituídas, permanecendo apenas os primeiros títulos da LDB de 1961 (Dos fins da educação, do direito à educação, da liberdade do

ensino, da administração do ensino e dos sistemas de ensino) que enunciavam as diretrizes da educação nacional.

O movimento pró-reforma, defendido pelos estudantes na década de 60, ocasionou diversas mudanças importantes no ensino superior e essas foram efetivadas com a Reforma de 1968, entre elas, a indissociabilidade do ensino e pesquisa. De acordo com Saviani, o período de 1968 a 1980 foi de plena expansão do ensino superior no Brasil. Esta expansão era uma reivindicação dos estudantes por maior número de vagas nas universidades, porém se deu através de abertura de escolas isoladas privadas. Esta autorização era dada pelo Conselho Federal de Educação, contrariando o teor das demandas dos estudantes da época. Paradoxalmente, foi no período da ditadura militar que se revelou um período mais atuante na elaboração das LBD, no que se refere ao ensino superior. Porém, a expressiva expansão do ensino superior privado no Brasil ocorreu um pouco depois, somente nos anos 90.

O educador Anísio Teixeira (2010) fez algumas críticas à expansão do ensino superior privado no Brasil, considerando a expansão um ato gravíssimo. Ele afirmava, que era mais fácil criar uma escola superior do que criar uma escola primária. Cabe ao ensino superior continuar a desempenhando sua função primordial o ensino, pesquisa e extensão, criando, preservando e transmitindo o saber em níveis mais elevados a todos que o procuram da juventude a velhice.

A década de 90, foi importante em relação as políticas educacionais brasileiras, garantindo aos cidadãos à educação moderna para os tempos atuais. A Lei 9394/1996, passou a prever o conceito de Educação e aprendizagem ao longo da vida, com a aprovação o Projeto de Lei da Câmara – PLC Nº 75/2017 - pelo Plenário do Senado Federal. Assim, com a Lei 13.632/2018, no art. 3º XIII, passa a vigorar com a seguinte redação: garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. Podemos afirmar que o termo “educação ao longo da vida” é um dos pilares da construção dos sistemas educacionais que favorecem a elaboração e implementação das políticas públicas educacionais brasileiras.

2.2 EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA- DA JUVENTUDE ATÉ A VELHICE

A aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender (PARACELSO, apud MÉSZAROS, 2008)

Pensar que o ensino superior desde sempre foi privilegio da elite e não voltada para a sociedade de massa é o desafio e parte de nosso dever histórico essa mudança de paradigma. Justificando Meszáros (2008) entende que o ensino superior está diretamente ligado à reprodução social do capital, e que ele não pode ser considerado como um fim em si mesmo ou o caminho único para a conquista da emancipação, mas tem papel desmistificador para “fundar uma nova sociedade”. Isso só é plausível através do conhecimento e pensamento críticos, que são conquistadas através da emancipação.

Considerando esse mais amplo e mais profundo significado da educação, que inclui de forma proeminente todos os momentos da nossa vida ativa, podemos concordar com Paracelso em que muita coisa (praticamente tudo), é dedicada para o bem e para o mal – não apenas para nós próprios como indivíduos, mas simultaneamente para a humanidade (MÉSZAROS, 2008, p.48)

Não passamos pela vida sem aprender. Para Meszaros (2008), a “aprendizagem é a nossa própria vida”. No processo de aprendizagem, o êxito depende de se tornar consciente, no sentido amplo, de forma a maximizar o melhor e minimizar o pior. Concordamos com Mézaros (2008) e Paracelso, quando afirma, que a aprendizagem é a nossa própria vida, mas precisamos reivindicar por uma educação plena e emancipatória.

Acredita-se que, através do instrumento chamado “universidade”, todos os cidadãos teriam acesso ao ensino voltado para a construção do conhecimento. O conceito de educação ao longo de toda a vida para o século XXI, ultrapassa a distinção tradicional entre educação inicial e educação permanente.

No entendimento de Dellors (1998), a universidade deve ocupar o centro do sistema educativo, e traz as quatro funções essenciais da universidade, são elas: 1. Preparar para a pesquisa e para o ensino. 2. Dar formação altamente especializada e adaptada às necessidades da vida econômica e social. 3. Estar aberta a todos para responder aos múltiplos aspectos da chamada educação permanente, em sentido lato. 4. Cooperar no plano internacional.

Os quatro pilares da educação descritos no relatório de Delors (1998), diz que a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens: Aprender a conhecer (adquirir os instrumentos da compreensão); aprender a fazer, (para poder agir sobre o meio envolvente); aprender a viver juntos, (a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas); e aprender a ser (via essencial que integra as três precedentes). Neste sentido a educação ocupa cada vez mais espaço na vida das pessoas à medida que aumenta o papel que desempenha na dinâmica das sociedades

modernas, em suma, os indivíduos devem aproveitar todas as oportunidades oferecidas pela sociedade.

Neste sentido, Morin (2000) afirma que a educação “deve contribuir para a autoformação das pessoas (ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver) e ensinar como se tornar cidadão”. De acordo Morin (2000), é neste momento que a educação assume sua natureza específica, ou seja, ensinar a viver. O objetivo primordial da educação não é apenas de transmitir conhecimento. “Mas o de criar nele um estado interior e profundo, uma espécie de polaridade de espírito que o oriente em um sentido definido, não apenas durante a infância, mas por toda a vida”. (DURKHEIM. s.d)

A educação como eixo central do debate, e segundo Delors, um triunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social. Para os colaboradores, não há um “remédio milagroso”, de um mundo que atingiu a realização de todos os seus ideais, mas, entre outros caminhos e para além deles, como uma via que conduza a um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras.

A partir do relatório de Delors (1998), o sociólogo Edgar Morin (2000), desenvolveu algumas ideias sobre a educação do futuro, a pedido da Unesco. Vimos grandes mudanças nas últimas décadas, tanto nos aspectos sociais, econômico, político e cultural. No livro os setes saberes da educação, Morin (2000) traz a reflexão sobre a educação atual e como desenvolver a educação do futuro na velocidade das transformações e a satisfação de conquistas pessoais para o século XXI.

Morin (2000), afirma que a educação depende da combinação dos sete saberes, e cita: cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão; os princípios do conhecimento pertinente; ensinar a condição humana; ensinar a identidade terrena; enfrentar as incertezas; ensinar a compreensão; a ética do gênero humano. Para muitos pesquisadores os sete saberes são como “buracos negros da educação” que precisam ser colocados como objeto central de avaliação e preocupação para a educação dos futuros jovens. Os sete saberes são fundamentais para a atualidade. A “educação do futuro deveria tratar em toda sociedade e em toda cultura, sem exclusividade nem rejeição, segundo modelos e regras próprias a cada sociedade e a cada cultura.” (Morin, 2000. p.12)

E assim, pensar na educação descrita por Morin (2000, p. 47), “a educação do futuro deverá ser o ensino primeiro e universal, centrado na condição humana.”.

Reconhecendo que somos seres humanos o que nos torna comuns, mas temos que reconhecer a diversidade cultural de cada um. Como é essencial, para a educação do futuro, promover é necessário promover grande desmembramento dos conhecimentos oriundos das ciências naturais, a fim de situar a condição humana no mundo, dos conhecimentos derivados das ciências humanas para colocar em evidência a multidimensionalidade e a complexidade humanas, bem como integrar (na educação do futuro) a contribuição inestimável das humanidades, não somente a filosofia e a história, mas também a literatura, a poesia, as artes.

Neste contexto, a expressão “Educação ao longo da vida” vai orientar a Educação no futuro, pois constitui um instrumento importante para que não teve acesso aos estudos no tempo previsto, seja na educação de jovens e adultos (EJA), e ou no ensino superior. Sabemos que a educação nos últimos anos passou a ser colocada como importante para o crescimento econômico e conseqüentemente para a redução da pobreza. “O século XXI sugere que a aprendizagem ao longo da vida não só é um fator de desenvolvimento pessoal e um direito de cidadania; portanto, uma responsabilidade coletiva, também uma condição de participação dos indivíduos na sociedade em que vive” (CARIA E ALVES, 2018).

As autoras Cária e Alves (2018) no artigo “aspectos de uma epistemologia ao longo da vida”, discutem os termos formação e aprendizagem; o primeiro (formação) referindo a uma Educação mais humanística; e o segundo (aprendizagem), referindo-se à Educação instrumental e vocacional e, neste sentido, elas apresentam as diferenças entre formação e aprendizagem. Segundo Alheit e Dausien (2006), “a aprendizagem refere-se, de modo restrito, à atividade individual e coletiva concreta” e a formação “é mais amplo e tende, geralmente, a indicar os processos de formação individuais e coletivos”.

A interpretação do pesquisador Moacir Gadotti, sobre o entendimento sobre educação ao longo da vida, apesar de ser uma expressão recente, citada no relatório, é para os educadores uma preocupação antiga, mas relacionava-se à educação de adultos, desde que foi concebida logo após a segunda Guerra Mundial. No entendimento de Gadotti (2007), existe uma diferença entre educação de adultos e educação de jovens e adultos, podemos citar o EJA. Algumas ideias centrais do pensamento de Gadotti sobre educação ao longo da vida:

- 1) A Educação ao longo da vida não pode ser confundida com a Educação de Adultos, pois o próprio princípio ao longo da vida indica que a educação ocorre em todas as idades, e não só na idade adulta;
- 2) A noção de Educação ao longo da vida, seguindo pensamento de Delors;

- 3) A Educação ao longo da vida vem perdendo a sua característica de ser uma Educação voltada para a participação e para a cidadania;
- 4) Apesar da aparente continuidade entre os relatórios, existe uma profunda diferença: o foco deixa de ser a Educação e passa a ser a aprendizagem;
- 5) Deixando de ser a cidadania para se focar nas exigências do mercado e na competitividade;
- 6) Com amparo na teoria do capital humano, a aprendizagem passa a ser uma responsabilidade individual; e a educação um serviço e não um direito;
- 7) Apesar das críticas a educação Permanente, este conservava, ainda, uma visão humanista da Educação, voltada para a construção de uma sociedade democrática;
- 8) A Educação ao Longo da Vida tem tomado, como referência principal, o mercado e não a cidadania.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos apontar e problematizar, neste artigo, a “educação ao longo da vida – da juventude a velhice” . O relatório de Delors (1998), aqui analisado, constitui-se em documento importante para considerarmos o quanto a educação ao longo da vida tem sido discutida como um novo paradigma para o século XXI. O mundo em constante transformações, tecnologia, guerra, epidemias, e tantas outras, cabe a educação, acesso de todos ao conhecimento e ajudar a compreensão do mundo e o do outro, a fim de que cada um se compreenda melhor a si mesmo.

Compreendemos que processos educacionais e sociais estão intimamente ligados e direcionados ao modelo de reprodução social do capital. Ora, então o que precisa ser confrontado é toda a lógica do capital que tem sido preponderante ao longo do crescimento econômico, que este difere do que seria um desenvolvimento sustentável. A questão é se esse aprendizado está a serviço da alienação incontrolável do capital ou está a serviço da perpetuação consciente do aprendizado. Para que o conceito de “Educação ao longo da vida” não tenha relação entre Educação e capital, como afirma Meszaros (2008), o papel da educação de contrapor-se com o êxito da dominação global do capital. “A educação, passa a ser considerada estratégia de sobrevivência, mola propulsora do desenvolvimento econômico das nações, estratégia para enfrentar a pobreza e o desemprego e torna-se, também, comum a exigência da autoformação, entre outras”. (CÁRIA E ALVES, 2018, p. 474).

A missão ensinar é única, preparar as mentes para responder aos desafios que a crescente complexidade dos problemas impõe ao conhecimento humano; educar para a compreensão humana; ensinar a cidadania terrena, ensinando a humanidade em sua unidade antropológica e suas diversidades individuais e culturais. As finalidades

educativas estão ligadas entre si e devem alimentar umas às outras (a cabeça bem-feita, que nos dá aptidão para organizar o conhecimento, o ensino da condição humana, a aprendizagem do viver, a aprendizagem da incerteza, a educação cidadã). (MORIN, 2003)

Por fim, reconhecer a Educação ao Longo da Vida é valorizar todas as oportunidades de aprendizagem, e que todos tenham oportunidades múltiplas de aprender ao longo da vida.

REFERÊNCIAS

ALHEIT, P.; DAUSIEN, B. Processo de formação e aprendizagens ao longo da vida. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.1, p. 177-197, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v32n1/a11v32n1>

ALMEIDA FILHO, Naomar de. Universidade Nova: Textos críticos e esperançosos. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; Salvador: EDUFBA, 2007.

CÁRIA, Neide Pena; ALVES, Juliana Coutinho Perreira. Aspectos de uma epistemologia da educação ao longo da vida: uma nova ordem educativa. Disponível em : <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/6360>

DELORS, J. Educação: Um tesouro a descobrir. UNESCO – Setor de Educação – Brasil - Fundação Faber Castell. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. 2010. Publicação original (UNESCO). Paris: UNESCO, 1998.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.
GADOTTI, M. EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA. [s.d.]
Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Educacao_Popular_e_ELV_Gadotti.pdf

MÉSZAROS, István. A educação para além do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORIN, Edgar Os sete saberes necessários à educação do futuro. S. P. :Cortez, 2000.

MORIN, Edgar, A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. S. P. :Cortez, 2003.

PAULA, Maria de Fátima de. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. Avaliação, Campinas, v. 14, n. 1, p.71-84, mar. 2009.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos históricos. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n.34. jan./abr.2007.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia – 42 ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

TEIXEIRA, Anísio. A universidade de ontem e de hoje. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.42, n.95, p.27-47, jul./set. 1964.

TEIXEIRA, Anísio. Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TEIXEIRA, Anísio. Educação e universidade. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.